



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Aquisição de medicamentos, com a finalidade de manter o abastecimento das Farmácias Municipais, das Unidades de Saúde e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas) durante o ano de 2026. Esclarece-se que, os itens 17 e 18 restaram fracassados no Pregão Eletrônico nº 005/2026.

2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

2.1 Tabela descritiva:

| ITEM | CÓD IPM | DESCRIÇÃO | UN | FINALIDADE | QUANT. |
|------|------------|---|------------|------------------------------------|--------|
| 1 | 142012 | ACETILCISTEÍNA 600MG GRANULADO 5G | Envelope | UPA | 70 |
| 2 | 247 | AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLA C/ 10ML USO IV | Ampola | UPA | 50 |
| 3 | 254 | ATROPINA 0,25MG/ML AMPOLA C/ 1ML USO IV IM SC | Ampola | UPA | 100 |
| 4 | 9061 | BENZOILMETRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO C/ 100ML COM COPO OU SERINGA DOSADORA | Frasco | Distribuição | 50 |
| 5 | 2658 | BIPERIDENO 5MG/ML AMPOLA C/1ML USO IM, IV | Ampola | UPA | 50 |
| 6 | 263 | CAPTOPRIL 25MG COMPRIMIDOS | Comprimido | 50% UPA / 50% Unidades de Saúde | 7000 |
| 7 | 277 | CLORPROMAZINA 5MG/ML AMPOLA C/ 5ML USO IV IM | Ampola | UPA | 300 |
| 8 | 284 | DESLANOSÍDEO 0,2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA C/ 2ML USO IV-IM | Ampola | UPA | 50 |
| 9 | 302 | ESPIRONOLACTONA 25MG COMPRIMIDOS | Comprimido | UPA | 1000 |
| 10 | 312 | FUROSEMIDA 40MG COMPRIMIDOS | Comprimido | UPA | 1600 |
| 11 | 6050 | GENTAMICINA 40MG/ML AMPOLA C/ 2ML USO IM | Ampola | UPA | 400 |
| 12 | 10391 | MANITOL 20% SOLUÇÃO INJETAVEL FRASCO 250ML, SISTEMA FECHADO | Frasco | UPA | 80 |
| 13 | 6529 | METOPROLOL 25MG (SUCCINATO) COMPRIMIDOS | Comprimido | UPA | 1200 |





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

| | | | | | |
|----|--------|--|--------------|--------------|--------|
| 14 | 348 | METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGI-NAL BISNAGA 50GR. COM APLICADOR | Tube | Distribuição | 600 |
| 15 | 2669 | SOLUÇÃO RINGER + LACTATO SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO 500ML SISTEMA FE-CHADO | Bolsa/Frasco | UPA | 500 |
| 16 | 10390 | SULFATO DE MAGNÉSIO 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML | Ampola | UPA | 200 |
| 17 | 142529 | CARBONATO DE CALCIO (EQUIVALENTE A 500 MG DE CÁLCIO) | Comprimido | Distribuição | 420000 |
| 18 | 6521 | LACTULOSE 667 MG/ML (SUSPENSÃO / XAROPE) FRASCO 120 ML | Frasco | Distribuição | 1200 |

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde, no exercício de suas atribuições legais, identificou a necessidade de adquirir medicamentos destinados ao atendimento da demanda da Assistência Farmacêutica do Município, com vistas a assegurar a continuidade, a regularidade e a eficiência dos serviços públicos de saúde prestados à população.

A demanda decorre da necessidade de manutenção do abastecimento da Farmácia Municipal e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas), unidades estas essenciais para a execução das políticas públicas de saúde e para a garantia do acesso da população aos tratamentos medicamentosos indispensáveis.

Registra-se, ainda, que os itens 17 e 18 restaram fracassados no Pregão Eletrônico nº 005/2026, circunstância que inviabilizou a compra por meio do certame anteriormente realizado e reforça a necessidade de adoção de nova tentativa de aquisição, a fim de evitar prejuízos à prestação dos serviços de saúde.

A não aquisição dos medicamentos implica riscos iminentes e relevantes, tais como o desabastecimento da Assistência Farmacêutica do Município, a interrupção de tratamentos contínuos, o agravamento do quadro clínico de pacientes que dependem dos medicamentos e o comprometimento do atendimento de urgência e emergência na UPA 24 horas.

Tais riscos configuram potencial dano ao interesse público e afronta aos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e da supremacia do interesse público.

Diante desse contexto, justifica-se a aquisição dos medicamentos como medida necessária e adequada para garantir o fornecimento contínuo da Farmácia Municipal e a mitigação dos riscos decorrentes do desabastecimento, observando-se os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO / MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 A aquisição dos medicamentos será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica e critério de julgamento por menor preço nos termos dos artigos 6º, inciso XLI; 17, § 2º e 34 da Lei Federal nº 14.133/2021.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

4.2 A aquisição desses medicamentos para o exercício de 2026, por meio de Pregão Eletrônico, com entrega única e imediata, apresenta-se como a solução mais adequada, pois trata-se de um consumo anual, de baixo valor, e a Secretaria Municipal de Saúde não dispõe de espaço para o armazenamento de grandes quantidades. Além disso, considerando o volume reduzido, é possível que os fornecedores não tenham interesse em participar de uma Ata de Registro de Preços.

4.3 Os medicamentos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde (setor de Farmácia), localizada na Avenida José Brambila, nº 40, Vista Alegre, Cachoeirinha, RS, CEP: 94945-000, Telefone: (51) 3041-8687, das 08:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta feira.

4.4 Os itens, objetos deste Termo de Referência (TR), não necessitam de contratação adicional vinculada.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Para o fornecimento dos medicamentos pretendidos, a Contratada deverá comprovar o exercício de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar a documentação de habilitação exigida, nos termos dos arts. 62, 66, 68 e 69 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, além de atender às exigências de qualificação técnica mediante a apresentação dos seguintes documentos:

5.1.1 Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) ativa e expedida pelo Ministério da Saúde ou Órgão competente. Apresentar a AFE através de cópia, ou cópia das publicações no diário oficial da união (DOU) ou impressão da tela do site da AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) com dados da empresa e cadastro junto a ANVISA”.

5.2 Para os medicamentos sujeitos a controle especial, nos termos da Portaria MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e suas atualizações, a Contratada deverá, ainda, apresentar Autorização Especial (AE) vigente, por meio de cópia do ato autorizativo ou das respectivas publicações no Diário Oficial da União (DOU), ou, alternativamente, mediante impressão da tela do sítio eletrônico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), contendo os dados da empresa e a comprovação de seu cadastro junto à ANVISA.

5.3 A Contratada deverá possuir Alvará de Saúde compatível com o objeto da licitação e expedido pela autoridade sanitária.

5.4 A Contratada deverá possuir Certificado de Responsabilidade Técnica dentro da validade e expedido pelo Conselho Regional de Farmácia.

5.5 Para o fornecimento dos medicamentos pretendidos, a Contratada deverá apresentar Certificado de Registro do Medicamento válido ou Notificação Simplificada válida, no que couber, nos termos da RDC ANVISA nº 199/2006 e da RDC nº 107/2016, ambos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

5.6 A Contratada deverá apresentar REGISTRO DO MEDICAMENTO ou NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA válidos através de cópia ou cópia das publicações no diário oficial da união (DOU) ou impressão da tela do site da AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) com dados da empresa detentora do registro, situação e validade do registro junto a ANVISA.

5.7 Serão considerados automaticamente revalidados os registros de medicamentos cujo protocolo de renovação tenha sido recebido pela ANVISA dentro do prazo legal estabelecido no art. 12, § 6º, da Lei nº 6.360/1976 e que não tenham decisão proferida até a data de vencimento do registro, devendo, nestes casos, a empresa apresentar cópia AUTENTICADA do referido protocolo de renovação.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deverá cumprir as obrigações constantes no Edital e seus anexos.

6.2 A Contratada deverá atender as especificações e exigências descritas no Termo de Referência e demais documentos integrantes do Processo Licitatório.

6.3 A Contratada deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas, informando à Contratante a ocorrência de quaisquer alterações.

6.4 A Contratada deverá informar todos os dados para contato, assim como atualizá-los sempre que houver qualquer alteração.

6.5 A Contratada deverá fornecer, sempre que solicitado e durante toda a vigência do processo, documentação atualizada pertinente ao objeto contratado, bem como prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

6.6 A Contratada responsabilizar-se-á pela entrega dos medicamentos em estrita conformidade com este Estudo Técnico Preliminar e demais documentos integrantes do Processo, devendo observar rigorosamente as especificações técnicas, as normas regulamentares vigentes, bem como a quantidade, o prazo e o local indicado pela Contratante para entrega, ficando sujeita às sanções contratuais cabíveis em caso de fornecimento de itens em desacordo com as condições pactuadas.

6.7 Os medicamentos deverão ser entregues em perfeitas condições de conservação e apresentação, em embalagem original, sem sinais de violação, aderência ao material e umidade, sem inadequação de conteúdo e fracionamento de embalagens.

6.8 A entrega deverá ser realizada mediante apresentação de nota fiscal, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota de empenho.

6.9 O transporte e a descarga dos medicamentos deverá ser realizado por colaboradores da empresa contratada ou por transportadora por ela indicada, não sendo disponibilizados servidores da contratante para essa finalidade.

6.10 Serão devolvidos os medicamentos que não atenderem às especificações exigidas e demonstradas neste TR e demais documentos do Processo.

6.11 A Contratada será integralmente responsável pela garantia da qualidade dos medicamentos fornecidos, devendo fazer a substituição dos itens que estiverem em desacordo com as especificações deste Estudo Técnico Preliminar e demais documentos integrantes do Processo em até 5 (cinco) dias úteis, sem qualquer ônus para a Administração Municipal. Após este período, a não substituição poderá caracterizar inexecução parcial ou total do objeto e estará sujeita às penalidades previstas na forma da Lei.

6.12 Os medicamentos deverão apresentar no mínimo 12 (doze) meses de validade a contar da data de entrega e aceite definitivo pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.13 A aceitação dos medicamentos pela Administração Municipal não exime a Contratada de sua responsabilidade civil por eventuais vícios ocultos, falhas de quantidade ou qualidade, ou divergências em relação às especificações técnicas estabelecidas, que venham a ser constatadas posteriormente.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

6.14 A Contratada será responsabilizada, nas esferas civil e criminal, por quaisquer danos, perdas e/ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, à Contratante e/ou a terceiros, decorrentes de atos ou omissões seus, de seus colaboradores, prepostos ou de terceiros por ela contratados.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Efetuar o pagamento do valor previsto até 30 dias após o recebimento da Nota Fiscal.

7.2 Definir previamente o local para entrega dos medicamentos adquiridos.

7.3 Promover a conferência dos medicamentos entregues pela Contratada, garantindo que estejam em conformidade com este Estudo Técnico Preliminar e demais documentos integrantes do Processo.

7.4 Comunicar à Contratada qualquer divergência nos medicamentos recebidos, podendo, inclusive, recusar o recebimento, caso não estejam de acordo com as especificações e condições estabelecidas.

7.5 Notificar previamente a Contratada, quando da aplicação de penalidades.

7.6 Responsabilizar-se por eventuais juros e multas advindos de atraso no pagamento.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 A Secretaria Municipal de Saúde indica os servidores abaixo para atuarem como gestor e fiscal do Contrato, conforme disposto no Decreto Municipal nº 7.685/2023, que regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Cachoeirinha, nos termos do art. 92, XVIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Gestor: Fernanda Carvalho Gomes

Matrícula: Nº 12774

Setor/Departamento: Contratos

Contato Funcional: 3041-8679

Fiscal: Juliana Guardiola Ferreira

Matrícula: 990084

Setor/Departamento: Farmácia

Contato Funcional: 3041-8687

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado ao fornecedor, mediante apresentação da Nota Fiscal, no prazo de até 30 dias da entrega do objeto.

9.2 A nota fiscal/fatura deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Pregão Eletrônico, a fim de se acelerar o trâmite de verificação do material e a posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

9.3 A nota fiscal emitida deverá ser da empresa que apresentou a proposta vencedora da licitação (matriz e/ou filial).

9.4 Ocorrendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida, iniciando-se nova contagem de tempo.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa nos termos do Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

10.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções, nos termos do Art. 156:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.3 A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, no Decreto Municipal nº. 7589 de 2022.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

11.1 O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá das seguintes dotações orçamentárias:

Código Reduzido: 511

Órgão: 11 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001-Fundo Municipal de Saúde

Ação: 2105 – Aquisição de Medicamentos

Elemento: 33390320000000000000 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita

Vínculo: 15000040 – Recursos não Vinculados de Impostos / ASPS

Subelemento: 33390320200000000000 – Medicamentos para uso domiciliar

Código Reduzido: 1023

Órgão: 11 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001-Fundo Municipal de Saúde

Ação: 2102 – Manutenção dos Serviços de Pronto Atendimento

Elemento: 33390300000000000000 – Material de consumo

Vínculo: 15000040 – Recursos não Vinculados de Impostos / ASPS

Subelemento: 33390300900000000000 – Medicamentos para uso em unidade de saúde

Cachoeirinha, 30 de março de 2026.

Carina Centeno

Setor de Compras

Matrícula 992692

Raquel Cunha

Setor de Compras

Matrícula 992440

VIABILIDADE DECLARADA PELA AUTORIDADE SUPERIOR

Cristiana Mesquita Ribeiro

Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 013/2026

